



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO -  
<http://www.tjto.jus.br>  
Tribunal de Justiça

### **Projeto Básico Nº 2 / 2019 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/CCOMPRAS**

#### **1 - DO OBJETO**

**1.1** O objeto deste Projeto Básico é a contratação da ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, denominada Banco de Preços, que consiste num sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas, a fim de facilitar a pesquisa de preços para estimar os custos das contratações deste Tribunal de Justiça, de acordo com especificações e quantidades estabelecidas neste Projeto, mediante contratação direta regida pela Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações posteriores.

#### **2 - DA JUSTIFICATIVA**

**2.1** A pesquisa de preços torna-se necessária para que a Administração possa avaliar o custo da contratação e constitui-se elemento fundamental para instrução dos procedimentos de contratação, estando prevista em várias disposições legais e normativas, dentre elas a Portaria TJTO nº 54, de 16 de janeiro de 2014, a qual institui a metodologia de análise e pesquisa de mercado para a realização da estimativa de valor das contratações no âmbito deste Poder Judiciário.

**2.2** Essa fase da pesquisa de mercado quase sempre é demorada, pois implica numa criteriosa busca de preços perante as empresas do ramo do objeto pretendido. Estas, na maioria das vezes, não possuem interesse e boa vontade em atender dentro do prazo às solicitações deste Órgão, principalmente em relação às empresas locais, as quais em sua maioria alegam que em se tratando de pregão eletrônico, muitas vezes não conseguem competir com as empresas de fora, e dessa forma declinam de apresentar seus orçamentos.

**2.3** Assim, vários contatos precisam ser mantidos para que se consiga finalizar a pesquisa, especialmente quando diz respeito à contratação de serviços ou de objeto com poucos fornecedores no mercado.

**2.4** Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e, por conseguinte, para o cumprimento dos prazos estabelecidos.

**2.5** Ademais, a realização de pesquisas de preços visando o

estabelecimento do valor estimado ou máximo da contratação atende ao princípio da economicidade e é obrigação legal, estabelecida pelos arts. 40 e 43 da Lei nº 8.666/93. Deve haver fidedignidade, ou seja, o valor estabelecido necessita estar de acordo com a realidade de mercado, sob pena de trazer ineficiência ao certame licitatório. Sendo superestimado, trará para o certame valores desvantajosos; estando aquém dos preços praticados, restringirá a competição e poderá conduzir ao fracasso na licitação ou à inexecução do contrato.

Os mecanismos dos quais a Administração dispõe para a realização da pesquisa são:

- a) obter orçamentos no mercado;
- b) informar-se quanto à existência de preços fixados por órgão oficial competente;
- c) verificar preços registrados em Ata de Registro de Preços, quando houver;
- d) Informar-se quanto aos preços praticados em contratos firmados com outros integrantes da Administração Pública.

**2.5.1** O objetivo do Banco de Preços é possibilitar a melhor utilização da fonte de pesquisa indicada na letra "d", cuja relevância pode ser sintetizada nos seguintes termos:

d.1) Os preços praticados em outros contratos públicos representam um importante parâmetro, já que, ressalvadas peculiaridades concretas, não se justificam grandes distorções;

d.2) Tais dados funcionam como ferramenta para negociação de preços, procedimento que apresenta melhores resultados quando embasado em preços já praticados em contratos públicos;

d.3) A dificuldade de obtenção de orçamentos diretamente com os particulares torna indispensável à utilização cumulativa de outras fontes legítimas, afastando a eventualidade de questionamentos futuros.

**2.6** O Banco de Preços é uma ferramenta que disponibiliza de forma ágil as informações para subsidiar os processos de compras. É atualizada constantemente para oferecer um sistema completo e eficiente para realização de cotação de preços, possuindo atualmente mais de 18 milhões de preços cadastrados de diversos seguimentos, acesso a inúmeras propostas e informações de diversos fornecedores, proporcionando economia de tempo e acelerando o processo licitatório.

### **3 - DO CUSTO ESTIMADO**

**3.1** A contratação do Banco de Preços, cuja detentora dos direitos autorais é a empresa **NP Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda, CNPJ nº. 07.797.967/0001-95**, terá o custo

de **R\$ 7.990,00** (*Sete mil novecentos e noventa reais*), para acesso durante o período de 12 (doze) meses.

## **4 - DA DESCRIÇÃO DO SISTEMA**

### **4.1** O sistema deverá:

I - ser elaborado com apurada pesquisa diária por profissionais especializados, viabilizando a tomada de decisões de maior complexidade.

II - proporcionar consulta ao banco de dados com vários produtos e seus respectivos preços e atas (quando já adjudicado e homologado).

III - dispor de informações importantes relativas a valores de referência, Atas de Registro de Preço, que são atualizados diariamente, sistematizado por regiões, Estados e Municípios, alimentado com preços obtidos em licitações e efetivamente contratados pelo Poder Público.

IV - permitir a pesquisa por palavra chave.

V - ser acessado via Internet, por site específico.

VI - ser autenticado por login/senha.

VII - estar perfeitamente harmonizado com as normas e os princípios que regem a atuação administrativa, especialmente os Princípios da Legalidade e da Eficiência.

VIII - disponibilizar informações diversas de fornecedores, como razão social, endereço completo, telefones de contato e endereço eletrônico;

## **5 - DA GARANTIA E DA MANUTENÇÃO**

**5.1** O Sistema terá a garantia de 12 (doze) meses, contados a partir do início de sua utilização pelo Contratante, ficando à Contratada obrigada a realizar Manutenções Corretivas necessárias sobre os códigos - fontes, manuais e documentação entregues, que sejam decorrentes de bugs ou defeitos que o sistema tenha adquirido, detectados pelo Contratante.

## **6 - DO PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA**

**6.1** A disponibilidade de acesso ao Banco de Preços se dará em até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada (quando da dispensa de contrato), sob pena de inexecução contratual e aplicação das sanções previstas legalmente e no presente Projeto Básico.

**6.2** Caso uma das situações do item anterior ocorra antes do dia 15/02/2019 (fim do contrato vigente), a contagem inicial da vigência da nova contratação, que será de 12 (doze) meses, se dará no próximo dia útil.

## **7 - DO CONTRATO**

**7.1** A formalização do contrato ou sua substituição por instrumento equivalente observará o disposto na Seção II do Capítulo III da Lei nº 8.666, de 1993.

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1** Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas legais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto.

**8.2** Receber o objeto de acordo com as disposições deste Projeto Básico.

**8.3** Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

**8.4** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução.

**8.5** Processar e liquidar a fatura correspondente, através de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado à Contratada.

**8.6** Notificar à Contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos expedientes, para que sejam adotadas as medidas necessárias;

**8.7** Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

## **9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1** Responsabilizar-se pela observância de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado.

**9.2** Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional contratada, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outrem a responsabilidade por problemas na prestação do objeto.

**9.3** Fornecer as especificações de técnicas do sistema da(s)

aplicação(ões) a ser(em) utilizadas(s), incluindo treinamento operacional técnico do sistema para servidor(es) do Contratante;

**9.4** Obter, quando necessário, todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, arcando com o ônus dos emolumentos previstos em lei;

**9.5** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante, quanto aos serviços contratados;

**9.6** Prestar esclarecimentos ao Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

**9.7** Informar ao Contratante sempre que houver qualquer alteração no sistema que influencie a operacionalização do mesmo.

**9.8** Todos os custos de manutenção deverão ser arcados pela Contratada.

## **10 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**10.1** A gestão e fiscalização ficarão a cargo do Chefe da Central de Compras.

**10.2** A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir à Contratada da responsabilidade na prestação dos serviços.

**10.3** O atesto será realizado pelo gestor, desde que o objeto esteja em conformidade com as exigências e que não haja impeditivo imputáveis à Contratada.

**10.4** Ao gestor caberá comunicar imediatamente à Contratada qualquer defeito apresentado no serviço prestado.

**10.5** O gestor deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

**10.6** Cabe ao gestor zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelas partes, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**10.7** A fiscalização será sob o aspecto qualitativo, devendo ser anotado, em registro próprio as falhas detectadas, e comunicadas à Contratada todas as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta.

**10.8** Todos os atos emanados pelo gestor serão considerados como se fossem praticados pela Contratada.

**10.9** A comunicação entre o fiscal e à Contratada será realizada por meio de correspondência oficial e anotações ou registros no mesmo processo que tratam da contratação dos serviços.

**10.10** Quando houver necessidade, o gestor deverá emitir notificações à Contratada.

**10.11** Demais atribuições e responsabilidades do gestor de contratos no âmbito do TJ-TO estão disciplinadas pelo Decreto Judiciário n°. 291/2009 e Portaria n°. 255/2009 TJ-TO.

## **11 - DO PAGAMENTO**

**11.1** A Contratada deverá apresentar nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente prestados.

**11.2** O Contratante reserva-se o direito de não realizar o atesto, se os dados estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou, ainda, se o objeto entregue não estiver em conformidade com as especificações apresentadas neste Projeto Básico, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

**11.3** O atesto do gestor é condição indispensável para o pagamento.

**11.4** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo da nota fiscal, sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

**11.5** O CNPJ deverá ser o mesmo indicado na proposta, nota de empenho e vinculado à conta corrente da Contratada.

**11.6** Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que tal não tenha concorrido de alguma forma à Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela FGV, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

**11.7** Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema de Eletrônico de Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - SEI.

## **12 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** Nos termos do art. 87 da Lei n°. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, o Poder Judiciário do Estado do Tocantins poderá, garantida a prévia defesa da empresa, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

I - Advertência, por escrito, quando a empresa deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

II - Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5%

(cinco por cento) calculado sobre o valor contratado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Poder Judiciário do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**12.2** Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela empresa, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

**12.3** O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - FUNJURIS, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

**12.4** Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins ou cobrada judicialmente.

**12.5** Além das penalidades citadas, a empresa ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Carvalho de Souza**, **Chefe da Central de Compras**, em 16/01/2019, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2377588** e o código CRC **5A8C13B7**.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO -  
<http://www.tjtojus.br>  
Tribunal de Justiça

**PROCESSO** 19.0.000000928-0  
**INTERESSADO** @interessados\_quebra\_linha\_maiusculas@  
**ASSUNTO**

**Despacho Nº 12369 / 2019 - PRESIDÊNCIA/DIGER/ASJUADMDG**

Senhor Presidente,

Cuidam os autos de contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo por objeto a contratação da ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, denominada Banco de Preços, que consiste num sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas, a fim de facilitar a pesquisa de mercado para estimar os custos das contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Tendo em vista os fundamentos expendidos no Parecer nº 248/2019 da Assessoria Jurídico-Administrativa da Diretoria Geral (evento 2439352), bem como existindo disponibilidade orçamentária (evento 2404852), **OPINO** no sentido de que Vossa Excelência declare a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, visando à contratação da empresa NP Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda, CNPJ 07.797.967/0001-95, no valor de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais), conforme proposta acostada ao evento 237705, bem assim acolha a aprovação da Minuta Contratual sob evento 2423496', e **AUTORIZE** o empenho respectivo.

Em caso de acolhimento das sugestões propostas, manifesto-me pelo encaminhamento do feito à **DCC** para confecção do instrumento contratual, coleta de assinaturas, publicação do extrato e demais providências pertinentes, após a **DIFIN** para emissão da Nota de Empenho.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos**,  
**Diretor Geral**, em 26/02/2019, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei  
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link  
<http://sei.tjtojus.br/verifica/> informando o código verificador **2439559** e o  
código CRC **FB019308**.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO -  
http://www.tjto.jus.br  
Tribunal de Justiça

**PROCESSO** 19.0.000000928-0  
**INTERESSADO** @interessados\_quebra\_linha\_maiusculas@  
**ASSUNTO**

**Decisão Nº 673 / 2019 - PRESIDÊNCIA/DIGER/ASJUADMDG**

Cuidam os autos de contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo por objeto a contratação da ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, denominada Banco de Preços, que consiste num sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas, a fim de facilitar a pesquisa de mercado para estimar os custos das contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Tendo em vista os fundamentos expendidos no Parecer nº 248/2019 da Assessoria Jurídico-Administrativa da Diretoria Geral (evento 2439352), bem como existindo disponibilidade orçamentária (evento 2404852), no uso das atribuições legais, acolho a sugestão proposta pelo Senhor Diretor-Geral, por meio do Despacho nº 12369/2019 (evento 2439559), oportunidade em que **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 25, "caput", da Lei 8.666/93, visando a contratação da empresa NP Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda, CNPJ 07.797.967/0001-95, no valor de **R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais)**, conforme proposta acostada ao evento 2377705, como também a aprovação da Minuta Contratual sob evento 2423496 e **AUTORIZO** o empenho respectivo.

**Publique-se.**

Após, encaminhem-se os autos à **DCC**, a fim de que adotem dentro de suas competências as providências pertinentes, após a **DIFIN** para emissão da Nota de Empenho.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, Presidente**, em 27/02/2019, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2439600** e o código CRC **2BFF0EB5**.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO -  
<http://www.tjto.jus.br>  
Tribunal de Justiça

## **Contrato Nº 20/2019 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DCC**

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO 19.0.000000928-0**

### **CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS - LTDA.**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, centro, Palmas/TO, neste ato representado por seu Diretor-Geral o Senhor **JONAS DEMOSTENE RAMOS**, brasileiro, portador do RG nº 2.257.484-1 - SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 455.662.839-34, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS - LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.797.967/0001-95, estabelecida à Rua Lourenço Pinto, 196, 3º andar, Centro, Curitiba, Estado do Paraná, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, brasileiro, portador do RG nº 4.086.763-5 - SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 574.460.249-68, têm entre si, justo e avençado o presente Contrato, observadas as disposições da Lei nº 8.666/1993, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1. O presente Instrumento tem por objeto da contratação de ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, denominada Banco de Preços, que consiste em sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas, a fim de facilitar a pesquisa de mercado para estimar os custos das contratações do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

1.2. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as especificações técnicas, forma de execução, em conformidade com as disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 18.0.000001208-0 do **CONTRATANTE**, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.2.1. O Projeto Básico constante no Processo Administrativo acima epigrafado;

1.2.2. A proposta de preços e documentos que o acompanham, firmada pela CONTRATADA em 15 de janeiro de 2019.

1.3. A presente contratação é objeto de Inexigibilidade de licitação, de acordo com o disposto no artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

1.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

1.5. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões que poderão exceder os limites legais, quando acordada entre as Partes.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES / DESCRIÇÃO DO SISTEMA:**

2.1. O sistema deverá:

2.1.1. Ser elaborado com apurada pesquisa diária por profissionais especializados, viabilizando a tomada de decisões de maior complexidade;

2.1.2. Proporcionar consulta ao banco de dados com vários produtos e seus respectivos preços e atas (quando já adjudicado e homologado);

2.1.3. Dispor de informações importantes relativas a valores de referência, Atas de Registro de Preço, que são atualizados diariamente, sistematizado por regiões, Estados e Municípios, alimentado com preços obtidos em licitações e efetivamente contratados pelo Poder Público;

2.1.4. Permitir a pesquisa por palavra chave;

2.1.5. Ser acessado via Internet, por site específico;

2.1.6. Ser autenticado por login/senha;

2.1.7. Estar perfeitamente harmonizado com as normas e os princípios que regem a atuação administrativa, especialmente os Princípios da Legalidade e da Eficiência;

2.1.8. Disponibilizar informações diversas de fornecedores, como razão social, endereço completo, telefones de contato e endereço eletrônico.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE ENTREGA:**

3.1. A disponibilidade de acesso ao Banco de Preços se dará em até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato, sob pena de inexecução contratual e aplicação das sanções previstas legalmente e no presente Instrumento e no Projeto Básico.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO:**

4.1. O recebimento será realizado pelo gestor do Contrato, por meio de atesto, desde que o objeto fornecido atenda as disposições deste Contrato e do Projeto Básico.

4.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional, para perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA E DA MANUTENÇÃO:**

5.1. O Sistema deverá ter garantia de 12 (doze) meses, contados a partir do início de sua utilização pelo CONTRATANTE, ficando à CONTRATADA obrigada a realizar Manutenções Corretivas necessárias sobre os códigos - fontes, manuais e documentação entregues, que sejam decorrentes de *bugs* ou defeitos que o sistema tenha adquirido, detectados pelo CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR:**

6.1. O valor global do presente Instrumento é de **R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais)**, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1. A despesa com a execução do objeto deste Contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

**Unidade Gestora:** 06010 - Funjuris

**Classificação Orçamentária:** 06010.02.126.1145.4231

**Natureza de Despesa:** 33.90.40

**Fonte de Recursos:** 0240

7.2. As despesas inerentes à execução deste Contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

**7.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação:**

**7.3.1. Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris.**

**CNPJ/MF:** 03.173.154/0001-73

**Praça dos Girassóis, S/Nº. - Centro**

**CEP:** 77.015-007

**Palmas-TO**

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO:**

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal correspondente aos serviços objeto deste Contrato.

8.2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não realizar o atesto, se os dados estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se o objeto estiver em desconformidade com as especificações apresentadas neste Contrato e no Projeto Básico, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

8.3. O atesto do gestor do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento.

8.4. Na ausência do gestor do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado gestor substituto.

8.5. O pagamento será realizado em parcela única, é deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da data do protocolo de recebimento da nota fiscal, em observância ao contido no art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

8.6. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA: **Banco do**

**Brasil, Agência: 1622-5, Conta Corrente: 464-2**, desde que mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.

8.7. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

8.8. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela FGV, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

8.9. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Contrato;

9.1.2. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional contratada, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outrem a responsabilidade por problemas na prestação do objeto deste Contrato;

9.1.3. Fornecer as especificações de técnicas do sistema da(s) aplicação(ões) a ser(em) utilizadas(s), incluindo treinamento operacional técnico do sistema para servidor(es) do CONTRATANTE;

9.1.4. Obter, quando necessário, todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, arcando com o ônus dos emolumentos previstos em lei;

9.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto aos serviços contratados;

9.1.6. Prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

9.1.7. Informar ao CONTRATANTE sempre que houver qualquer alteração no sistema que influencie a operacionalização do mesmo.

9.1.8. Todos os custos de manutenção deverão ser arcados pela CONTRATADA.

9.1.9. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto deste Contrato;

9.1.10. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, em conformidade com art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

10.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

10.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis a este Contrato;

10.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

10.1.3. Receber o objeto de acordo com as disposições deste Contrato e do Projeto Básico.

10.1.4. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear esta contratação;

10.1.5. Processar e liquidar a fatura correspondente, através de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado à CONTRATADA;

10.1.6. Notificar à CONTRATADA, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos expedientes, para que sejam adotadas as medidas necessárias;

10.1.7. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

11.1. Nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Instrumento, bem como no Projeto Básico, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.2. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido;

11.3. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido ao Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação;

11.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente;

11.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:**

12.1. O presente Instrumento poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII do art. 78, da Lei 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) Judicialmente, nos termos da Lei.

Parágrafo Único - No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO:**

13.1. O presente Contrato vincula-se em sua integralidade aos termos constantes do Ato que declarou a Inexigibilidade de Licitação, bem como aos autos nº 19.0.00000928-0.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:**

14.1. O presente Instrumento, inclusive os casos omissos, regula-se pelas disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA:**

15.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO:**

16.1. A publicação resumida do presente Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**

17.1. A gestão e fiscalização deste Contrato ficarão a cargo do Chefe da Central de Compras do CONTRATANTE.

17.2. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução deste Contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade na prestação dos serviços.

17.3. O atesto dos serviços será realizado pelo gestor, desde que o objeto esteja em conformidade com as exigências e que não haja impeditivo imputáveis à CONTRATADA.

17.4. Ao gestor caberá comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer defeito apresentado no serviço prestado.

17.5. O gestor deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

17.6. Cabe ao gestor zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelas partes, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas.

17.7. A fiscalização será sob o aspecto qualitativo, devendo ser anotado, em registro próprio as falhas detectadas, e comunicadas à CONTRATADA todas as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta.

17.8. Todos os atos emanados pelo gestor serão considerados como se fossem praticados pela CONTRATADA.

17.9. A comunicação entre o fiscal e à CONTRATADA será realizada por meio de correspondência oficial e anotações ou registros no mesmo processo que tratam da contratação dos serviços.

17.10. Quando houver necessidade, o gestor deverá emitir notificações à CONTRATADA.

17.11. Demais atribuições e responsabilidades do gestor de contrato no âmbito do CONTRATANTE estão disciplinadas pelo Decreto Judiciário nº 291/2009 e Portaria nº 255/2009.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO:**

18.1. É vedado, no todo ou em parte, a subcontratação do objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS VEDAÇÕES:**

19.1. Conforme a Resolução n.º 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO:**

20.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.



Documento assinado eletronicamente por **Rudimar Barbosa dos Reis**, **Usuário Externo**, em 27/02/2019, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos**, **Diretor Geral**, em 28/02/2019, às 10:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2446199** e o código CRC **D9C4885A**.



